

CARTA ABERTA DE UM PROFESSOR AO GOVERNADOR MARCONI PERILLO

Espero que o senhor Governador encontre tempo, paciência e tolerância para ler esse texto longo de um ex-participante do romântico e idealista PMDB Jovem dos anos 80. Esse grupo que admirava e defendia os ideais da social democracia pregados por lideranças como Ulisses Guimarães, Mário Covas, Teotônio Vilela, Franco Montoro, Tancredo Neves e Henrique Santillo, cujas fotos o senhor fazia questão de expor sob o vidro de sua pequena mesa, numa sala acanhada da assessoria do Governador Santillo.

Lembro-me de quando o senhor ainda jovem, antes mesmo de enfrentar as urnas pela primeira vez, presidia o PMDB Jovem. Tive o prazer de participar de reuniões políticas em tempos pré-constituintes de 1988, principalmente em Goiânia, Uruaçu e Niquelândia, como membro do diretório do PMDB de Uruaçu. Dessas reuniões participavam gente como Wagner Camapum, Gugu, Zé Alvorada, Eduardo Campos, Goiás Martins, Carlos Rosemberg e o pessoal do Joaquim Thomaz de Aquino. Todos coadjuvantes, à exceção do Joaquim Thomaz e do senhor que começava a se despontar entre a gente. Sempre nos acompanhava nas reuniões o Frederico Jayme, uma espécie de tutor do grupo, político influente e experiente na época, de quem aprendemos muito.

Lembro-me também quando eu e o Gugu quisemos levar luz elétrica para uma parte que faltava da Vila Nossa Senhora D'Abadia, em Uruaçu e contamos com sua ajuda. O senhor nos acompanhou à CELG e conseguiu autorização para o serviço com o Governador Santillo e o presidente da CELG da época, se não me falha a memória, Juarez Magalhães. Depois que a energia foi instalada, o Luis Pauferro indagava ironicamente ao povo se “três meninos tinham lá alguma força pra colocar energia ali...” Passamos por mentirosos e ele com a fama de ter levado aqueles poucos postes com fiação para o complemento daquela rede elétrica.

Depois desse tempo a vida nos levou por caminhos diferentes e perdemos o contato proporcionado pelas reuniões políticas. Atualmente sou professor de adolescentes no ensino fundamental de uma escola pública municipal de Goiânia e também professor em duas faculdades particulares.

Esta carta contém críticas a pelo menos um aspecto da política educacional de seu Governo, que discorrerei adiante. Sou consciente das suas limitações como governante sabendo que precisa administrar os naturalmente agressivos jogos de interesse do poder. Da mesma forma acredito que as boas intenções que embalaram os projetos políticos da nossa geração ainda permanecem em ti.

Por causa dessa carta, não me tenhas como inimigo. Não o sou e não tenho motivos para sê-lo. Acho que as melhores e mais construtivas críticas são aquelas que partem de lugares e de pessoas cujas pretensões não são suspeitas. Essas críticas costumam beneficiar muito mais do que os bajulos de palavras interesseiramente agradáveis.

Também não me tenhas como adversário político. Desde aquela época deixei de militar na política partidária e não tenho pretensões nesse sentido. Nesse clima de greve dos professores, não me tenha como representante do SINTEGO. Não milito em política sindical e comunitária desde os anos 80 quando estava em Uruaçu e Niquelândia. Portanto, não pertencço ao SINTEGO e não tenho qualquer tipo de ligação com a sua política sindical e com os seus dirigentes. Essa carta é mesmo pessoal, apenas a carta reflexiva de um professor. Minha intenção com esse texto é ajudar o seu Governo e à sociedade ao expressar um sentimento particular, mas que pode ser comum a muitos professores Goiás adentro.

Não é minha intenção desrespeitá-lo e nem ofendê-lo com palavras e posicionamentos. Afinal, oro pelo sucesso do seu Governo assim como Paulo nos recomenda em I Timóteo 2:1-4 para que vivamos dias de paz. Um governo bom e justo corresponde exatamente ao anseio do povo. Essa recomendação de Paulo, porém, longe de ser uma oração de concordância com toda e qualquer prática governamental, é por uma oração profética baseada no amor e na misericórdia. Uma oração que aponte os possíveis erros ou desvios dos governantes a fim de serem corrigidos, que denuncie as injustiças, tudo isso para a paz e o bem comuns.

Desejo-lhe melhoras na saúde e torço muito para que o seu governo alcance a plenitude de um esforço que seja voltado para a correção, de acordo com a melhor justiça, para o bem estar das nossas famílias goianas do presente e do futuro.

O motivo principal dessa carta é manifestar minha angustia e decepção com a mudança na política das “gratificações por titularidade” dos professores titulares e aposentados da Rede Estadual. Sei que a classe em greve reivindica outras coisas, concernentes ao “pacto pela educação”, mas não quero entrar no mérito delas. Minha atenção nesse texto está voltada exclusivamente para a mudança equivocada e desnecessária dessas gratificações, que é o ponto mais sensível e explosivo das alterações.

Portanto, a mudança nas gratificações é equivocada porque é um direito conquistado depois de décadas de luta, desde o antigo e briguento CPG. Essas gratificações que não são em valores tão expressivos, representam um incentivo a mais à formação continuada do professor que deseja cursar especialização, mestrado e doutorado. O conhecimento e as informações adquiridas nesses cursos têm ampla repercussão social porque, além de servirem à vida do próprio professor, servem também à sua família, ao seu contexto social e à formação geral do alunado.

O ato de incorporar as gratificações ao salário do professor traz consequências sociais irreparáveis. Serve para desanimar e desestimular o educador que busca formação em nível de pós-graduação. Com isso, acrescenta-lhe prejuízos pessoais, ao seu contexto familiar e social e também ao alunado.

Essa medida que superestima o real valor do salário do professor pode até encontrar ressonância junto à opinião pública, mas isso porque ela não conhece como os números foram compostos. Aos professores, essa medida traz desgaste e instabilidade emocional para quem já trabalha no limite das suas forças. O desgaste, porém, não é somente para os professores mas também para o governo que gratuita e

desnecessariamente se arranha no âmbito político. Governo que poderia estar colhendo o bônus e não o ônus das mudanças na Educação.

Acredito na sua boa intenção ao dar sinal verde para que o Plano fosse aplicado. Acredito também na boa intenção daqueles que elaboraram o Plano. Mas também estou convencido de que houve importantes equívocos na concepção e aplicação do mesmo. Li o Projeto inteiro pelo site do Governo e os comentários pelos jornais. Então me convenci de que, da forma que ele está posto, aponta para situações negativas no futuro da educação em Goiás. Principalmente no que diz respeito à manutenção do bom Profissional de Educação na escola. (o que seria um contra-senso porque o Plano visa justamente agregar, captar bons valores à Educação). Não vou especificar esses pontos agora porque me dedico ao tema das “gratificações por titularidade”. Mas, sem querer ser catastrófico, a persistir esse modelo, podere mos assistir ao desmonte de estruturas construídas durante décadas, com a história creditando ao senhor Governador, o possível fracasso.

Particularmente gosto da ideia geral do Plano e acho que ele pode ser aplicado na escola com bons resultados. Ele está causando estranhamento e temores que são justificados porque faltou nele os imprescindíveis subsídios da escola. Outro equívoco foi porque não teve o tempo necessário para a maturação. Fiquei sem entender o porquê da pressa em colocá-lo em prática. Também não entendi o porquê da escolha de não ouvir as escolas durante o processo de construção do mesmo. Assim, por causa de caprichos, estamos deixando passar a oportunidade de construir um grande projeto para a nossa educação.

Mas ainda há tempo para rever os conceitos. Acredito que com alguns ajustes aqui e acolá, bem direcionados, o Projeto venha a ser algo realmente positivo para a nossa educação, conforme desejamos. As idéias da premiação pela assiduidade e pela produtividade são ótimas, desde que ajustadas à realidade escolar e a realidade do profissional nela inserido. Ao contrário do que alguns pensam, acho que não se deve desprezar a aplicação do conhecimento da Economia e da Administração na escola. Essa aplicação, porém, deve ser devidamente contextualizada porque as características estruturantes da escola são diferentes daquelas do comércio, da indústria, dos bancos e de outros serviços públicos. Devemos ter cuidado com os extremos: a rejeição completa dessas contribuições ou a aplicação delas sem a devida conformação.

Pelo que entendi a partir das entrevistas do Secretário de Educação e dos textos informativos nos jornais o “pacto pela educação” é um ajuntamento de ideias e experiências educacionais colhidas em diversos lugares e também com pessoas notáveis. Até ai tudo bem. O grande problema do “pacto” é não comportar, em sua concepção, a participação da comunidade escolar do Estado, o que descaracteriza a noção de “pacto”. O que o próprio Secretário afirma contraditoriamente que "Todo governo que quis mudar a educação, o fez por meio de um pacto social. A partir da próxima semana percorreremos as 38 subsecretarias regionais para apresentar este plano, ouvir sugestões e ter validada a reforma que o estado tanto necessita". Sim, é verdade que à maneira rousseauiana, os acordos sociais estabelecem o funcionamento da engrenagem social. Mas quando há acordo. No caso presente, o Governo não consultou as escolas antes e somente agora vai viajar o estado para apresentar o plano, ou seja, para divulgação e determinar o seu cumprimento.

Pois é. Não me situo entre os que defendem uma Rede de Ensino isolada das influências de outras experiências educacionais. No entanto, as experiências de práticas escolares trazidas de outros lugares precisam conter uma boa margem de flexibilização que possibilite os ajustes que se fizerem necessários, tendo em vista a diferente realidade sócio-cultural das Redes de Ensino e também das escolas em particular.

Quanto as ideias de pessoas notáveis, ou seja, as daquelas “sumidades” da Educação, embora não as despreze de todo, faço-lhes restrições. Muitos dos estudiosos e “especialistas” em Educação falam daquilo que pesquisaram a partir das experiências disponibilizadas pelos outros. Alguns fazem suas carreiras de estudo e trabalho sobre a educação de crianças e jovens, na academia, no jornalismo ou na economia, sem que tenham a esperada experiência em docência para esses grupos.

Acontece de essas pessoas alcançarem notoriedade pública por causa das receitas educacionais que desenvolvem. Alguns trabalham apenas no campo teórico, sem o cheiro do alunado e o rastro na escola, mas mesmo assim calham de prestarem assessoria aos governos. Isso porque, alguns governos tendem a preferir os atalhos e servem-se daqueles que apresentam uma receita nova ou uma mágica atualizada e bem articulada. Então recorrem aos gurus da Educação, aos “Aladins Dimenstein” que circulam por aí, e desprezam a rica experiência dos anônimos ou quase anônimos que estão em sua própria casa, acostumados a transitar tanto na academia quanto na realidade da escola.

Pois bem. Retornemos ao assunto da paralisação. Com a deflagração da greve dos professores, travou-se uma guerra da classe contra Governo. Como toda guerra, essa também é uma batalha estúpida, desnecessária e fruto da insensatez. E como acontece no final de qualquer conflito, o vencedor também perde porque os despojos nem sempre compensam.

Particularmente, não acredito que essa greve vá muito longe porque as forças em disputa são desiguais. Por mais que os professores façam a própria “leitura” do processo e sintam-se prejudicados, suas forças são poucas. As melhores estratégias e as forças de controle estão com o Governo. E quando o Governo não desiste do orgulho, admitindo o erro, e não há misericórdia, vira uma luta de Leão contra Zebra. Isso porque não é difícil dispersar um movimento grevista de professores estaduais quando se coloca a escola para funcionar mesmo que parcialmente.

No plano interno da escola, asfixia-se o movimento com educadores cumprindo estágio probatório e milhares de professores em regime de contrato temporário. Bom seria se o número de contratados temporariamente fosse insignificante. Também conta a pressão governamental exercida sobre os professores via direção escolar e subsecretarias regionais, além da nova arma, o “bônus por assiduidade”.

Externamente, contando com uma equipe de ávidos marqueteiros produzindo notícias e informações de interesse do Governo para serem massificadas à exaustão nos meios de comunicação. Para dar vazão as informações previamente construídas, veículos de comunicação que, por dificuldades de se auto-sustentarem, perdem a liberdade de expressão e se veem dependentes do pagamento das matérias institucionais do Governo.

Não trabalho como professor na SEE, mas já trabalhei como professor contratado. Sou professor efetivo da SME de Goiânia. Minha previsão, baseada em precedente da UEG, é que a alteração das gratificações do professor estadual gere um efeito cascata, alcançando outras redes de ensino. Depois do surgimento desse Plano, já corre rumores de que a Prefeitura de Goiânia quer “rediscutir” o nosso Plano de Carreira. E assim, em nome do enxugamento das despesas, é possível que prefeituras do interior que têm plano de carreira queiram revisá-los, à moda do Estado, e aquelas que não o possuem, não o façam.

Não é de estranhar porque a política salarial para a educação do governo estadual sempre influenciou o nível geral de salário da classe. O longo processo de congelamento e achatamento do salário do “professor temporário” da UEG iniciado em seu primeiro governo, acabou por determinar o salário dos professores de algumas das novas Faculdades particulares do Estado. Aquelas que pagavam melhor também iniciaram um processo de diminuição do salário dos seus professores, inclusive com a demissão de professores de maior salário, para se aproximarem dos salários pagos pela UEG e pelas outras IES que pagam menos.

Quando a Universidade Estadual Vale do Acaraú chegou para Goiás, ela abasteceu-se, prioritariamente, de professores que trabalhavam na UEG, e eu fui um dos seus primeiros professores. Então a diretora da UVA procurou saber quanto a UEG nos pagava e nos deu em torno de R\$ 2,00 a mais pela hora/aula. Portanto, servir-se do salário da UEG como parâmetro é um dos motivos porque o salário do professor universitário de boa parte das faculdades particulares é baixo em Goiás. Hoje, um professor universitário de faculdade particular, com nível de mestrado, que tenha carga horária completa no período noturno, ganha por volta de R\$ 2.500,00. Para ganhar R\$ 5.000,00, ele tem que trabalhar a mesma carga horária também no período matutino, ou seja, 40 horas/aula por semana, sem folga para o planejamento.

Nos últimos dias, decidi programar a minha saída da Educação. Dentre outras coisas, contribui para isso o desânimo com esse Plano que, se não for devidamente ajustado, vai refletir negativamente em toda o sistema educacional do Estado. Inscrevi-me em um concurso Federal e hoje me inscreverei em outro. Vou me dedicar aos estudos para ser aprovado em um bom concurso público em nível Federal. Eu não gostaria de deixar a Educação porque gosto de lecionar. Encaro a profissão com responsabilidade social, mas tenho projetos pessoais e familiares que precisam de realização. É uma pena porque, aos 48 anos, encontro-me no auge da minha maturidade intelectual, experiência de vida e vivência escolar. Bem que eu gostaria de continuar contribuindo para a formação dos nossos jovens...

Com gratidão pela sua atenção,

Com votos de estima e consideração,

Professor Orley José da Silva, é mestrando em letras e linguística/UFG, professor no Ciclo III de uma Escola Municipal da Prefeitura de Goiânia e professor em duas Faculdades Particulares.